



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2159***

*de 23 de outubro de 2025*

**Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à  
Adultização e à Sexualização Precoce de Crianças e Adolescentes,  
e dá outras providências**

*JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de  
Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a  
Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:*

**Art. 1º** - Fica instituída, no âmbito do Município de Jardim-MS, a política de prevenção e combate à adultização e à sexualização precoce de crianças e adolescentes, em conformidade com o disposto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Adultização: a indução, estímulo ou imposição de padrões estéticos, de comportamento ou de consumo típicos da vida adulta a crianças e adolescentes, de forma prejudicial ao seu desenvolvimento integral;

II - Sexualização precoce: qualquer prática, conduta, estímulo, conteúdo ou atividade que exponha ou incentive crianças e adolescentes a comportamentos, linguagens, imagens ou vestimentas de conotação erótica ou sexual.

**Art. 3º** - Constituem princípios da política de prevenção e enfrentamento à adultização e à sexualização precoce:

I - Valorização da infância, da inocência e da dignidade da criança;

II - Proteção integral de crianças e adolescentes contra práticas abusivas;

III - responsabilidade compartilhada da família, da sociedade e do Poder Público.

**Art. 4º** - É vedada, em eventos realizados ou patrocinados pelo Poder Público Municipal, a veiculação de apresentações, músicas, danças, propagandas, desfiles ou quaisquer atividades que promovam a sexualização de crianças e adolescentes.

**Parágrafo único:** Considera-se como promoção de sexualização a exibição de coreografias, vestimentas, letras musicais, performances ou quaisquer atividades que explorem a sensualidade de crianças e adolescentes de forma inadequada à sua faixa etária.

**Art. 5º** - Empresas de publicidade, estabelecimentos comerciais e organizadores de eventos no âmbito do Município deverão observar os princípios desta Lei, evitando práticas que incentivem a adultização e a sexualização precoce.

**Art. 6º** - descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator,

*pessoa física ou jurídica, às seguintes penalidades, aplicadas pelo órgão competente, observada a gravidade da infração e garantida ampla defesa:*

*I – Advertência;*

*II – Multa de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);*

*III – suspensão de licença para realização de eventos ou atividades por até 90 (noventa) dias;*

*IV – Cassação do alvará de funcionamento, em caso de reincidência grave.*

**Art. 7º** - *O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se necessário, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e execução das ações previstas.*

**Art. 8º** - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Registra-se e Publica-se*

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**

**Prefeito Municipal**

---

*Lei Ordinária Nº 2159/2025 - 23 de outubro de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*